

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOFOSIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

NATHALIA VIEIRA DA SILVA

Indigeneidade e Raciocínio Geográfico: Um exercício de reconexão ancestral a
partir do corpo – território

São Paulo

2019

NATHALIA VIEIRA DA SILVA

Indigeneidade e Raciocínio Geográfico: Um exercício de reconexão ancestral a partir do corpo – território

Trabalho de Graduação Integrado (TGI) apresentado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Área de Concentração: Geografia Humana

Orientador: Profa. Dra. Fernanda Padovesi Fonseca

Coorientador: Profa. Dra. Rosa Ester Rossini

São Paulo

2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

S586 Silva, Nathalia Vieira da
 Indigeneidade e Raciocínio Geográfico: Um
 exercício de reconexão ancestral a partir do corpo -
 território / Nathalia Vieira da Silva ; orientadora
 Fernanda Padovesi Fonseca. - São Paulo, 2019.
 47 f.

TGI (Trabalho de Graduação Individual)- Faculdade
de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo. Departamento de
Geografia. Área de concentração: Geografia Humana.

1. Geografia. 2. Etnografia. 3. Território. I.
Fonseca, Fernanda Padovesi , orient. II. Título.

SILVA, N. V. da. INDIGENEIDADE E RACIOCÍNIO GEOGRÁFICO: UM EXERCÍCIO DE RECONEXÃO ANCESTRAL A PARTIR DO CORPO - TERRITÓRIO. Trabalho de Graduação Individual apresentado ao Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof. Dr. Fernanda Padovesi Fonseca

Coorientadora: Prof. Dr. Rosa Ester Rosini

Prof. (a): _____

Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.(a): _____

Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.(a): _____

Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Esta escrita é fruto de muitos cuidados que me foram dados desde antes de nascer, em cada ancestral que se faz presente em mim, que hoje se materializam em meus guias cotidianos, e os que já desencarnaram e se encantaram em proteção. Agradeço à minha Rainha, minha Solange Vieira da Silva, por ser a primeira que me incentivou à voar e acreditar nos meus sonhos, à minha Vó Maria Antonia dos Santos Silva por todo o carinho que vive no que faço, ao meu Vô Waldemar Vieira dos Santos, que mesmo sem tê-lo conhecido, me dá muita luz em cada passo. À minha tia Sonia Maria Vieira da Silva por me lembrar sempre da nossa espiritualidade, e à minha família de sangue que permaneceu ao lado.

Ao meu ‘Pai drasto’ Luis por me desafiar em meus objetivos, assim como à sua família que virou nossa e nos acolheu do outro lado do mundo, avós Ana e Jesus, às tias Pili e Clari, os tios Fernando, Luis e às crianças que me adotaram como prima.

À minha Família em São Paulo, que em tantos momentos me sustentaram, a Geografia me trouxe acima de qualquer coisa, irmãs: Geisy, Mandi, Manolo, Monise, Geinne, Ana Lígia, Laurinha, Aninha, Malu, Lari, Dressa, Isa, Ale, Gisela, Rebeca, Lucius, Carol, Marcela, Rafa, Mary, Kauan, Heven, Fabi, Dani, Jessica, Bianka, Xu! Muito Obrigada por estarem lado a lado! Ao grupo de estudos de Decolonização do Pensamento, que além dos já mencionados aqui, me ajudaram muito nos estudos.

Dentro do departamento devo especiais agradecimentos à Professora Ester Rossini pela atenção detalhista com minha pesquisa, à sua Orientanda e minha orientadora também Aline, pelos conselhos e elogios, à Professora Sueli que em seus traços me reconheci como legítima portadora de conhecimento científico dentro da academia, e à Professora Fernanda Padovesi por aceitar me orientar na reta final. Durante este ciclo de aprendizado muitas pessoas passaram e marcaram minha vida, agradeço imensamente à todas as guerreiras do Coletivo Mulheres Indígenas, Lutar é Resistir, por me lembrarem que o sonho é possível, especialmente à Rica Wapichana, Vanuza Kaimbé, Jaxuká, Chirley Pankará, Jamille, Ray Atikum, Paloma Tuxá, Sonia Barbosa e Letícia Payayá, vocês são minha grande inspiração, tenha a sorte dessa grandes referências contemporâneas, com quem posso contar ombro a ombro na luta. A Oxóssi e Oxum pela força de todos os dias.

RESUMO

SILVA, Nathalia Vieira da. **Indigeneidade e Raciocínio Geográfico:** Um exercício de reconexão ancestral a partir do corpo – território. 2019. 47 f. Trabalho de Graduação Individual (TGI) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Este Trabalho de Graduação Individual teve como objetivo realizar uma autoetnografia através do Raciocínio Geográfico, no qual buscamos descobrir de quais etnias indígenas provém nossa família. A metodologia utilizada foi idealizada pela Geografia Feminista Latinoamericana. A partir dela, realizamos um mapeamento do corpo-território, ou seja, buscamos a partir de relatos orais de membros mais velhos de nossa família e do nosso próprio fenótipo, refletir sobre nossa ancestralidade. Através do recorte obtido, foram traçados possíveis fatos econômicos e políticos que levaram à desterritorialização dos povos indígenas do Nordeste, especificamente da região de expansão da colonialidade do poder pela pecuária, rumo ao sertão baiano. Como resultado, notamos que o processo de urbanização acarreta uma gradual perda de identidades originárias, portanto, a metodologia usada neste trabalho é também uma proposta, que pode ser usada em espaços de educação formal e não-formal para trabalhar a questão étnico-racial de forma a superar uma consequente perda da autoestima de pessoas classificadas enquanto pardas a partir da estereotipização de seus corpos-território.

Palavras-Chave: Indigeneidade - Corpo-Território - Raciocínio Geográfico.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	02
FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS.....	04
CAPÍTULO 1: POLÍTICAS IDENTITÁRIAS: A QUESTÃO INDÍGENA.....	10
1.1. COLONIZAÇÃO E NOMEAÇÃO DOS POVOS ORIGINÁRIOS	10
1.2. PERDA DE TERRAS E MIGRAÇÕES COMPULSÓRIAS	12
1.3. CENSOS DO IBGE: DE 1876 ATÉ HOJE	14
CAPÍTULO 2: POLÍTICAS EDUCACIONAIS: DA CATEQUESE ÀS NOVAS LEIS..	19
2.1. ALDEAMENTOS E CATEQUESE	19
2.2. DITADURA E CONTINUAÇÃO DO ETNOCÍDIO.....	21
2.3. LEI 11.645: CONQUISTAS E LIMITAÇÕES	23
CAPÍTULO 3: MAPEANDO O CORPO-TERRITÓRIO E AUTOETNOGRAFIA.....	24
3.1. SENTI-PENSAR O CORPO-TERRA.....	24
3.2. AUTOETNOGRAFIA E RACIOCÍNIO GEOGRÁFICO	25
3.3. POSSIBILIDADES PARA A ARTE-EDUCAÇÃO E AUTODECLARAÇÃO.....	34
CONSIDERAÇÕES (NADA) FINAIS	36
REFERÊNCIAS	39
ANEXO A - QUESTIONÁRIO	41

INTRODUÇÃO

Ao pensar em um tema para o Trabalho de Graduação Individual me deparei com um impasse: como tratar a questão indígena, sem com isso expor parentes à mesma lógica à que foram submetidos pela academia, durante todos esses anos.

O modo objetificador como os pesquisadores universitários trataram nossos saberes originários durante muito tempo, *exotificou* nossos corpos, a ponto de hoje termos poucos espaços que nos permitam contar nossa própria história. Dentro desse incomodo de ser indígena urbana autodeclarada, em uma Faculdade majoritariamente branca, é que surgiu a ideia da pesquisa: “Indigeneidade e Raciocínio Geográfico: Uma sequência didática de resgate ancestral a partir do Corpo - Território”, com bolsa PIBIC/CNPq, o nome dessa Iniciação Científica mudou para o presente Trabalho.

A ideia inicial era aplicar o exercício de corpo-território idealizado pelo coletivo de Geografia Feminista, *Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo* (2017), com uma turma de estudantes de uma Escola pública, porém, a possibilidade de ser chamada para preencher uma vaga de professora de Geografia na Prefeitura de Santos no começo de 2019, me fez reduzir o recorte do mapeamento e focar somente na autoetnografia.

Portanto, o nome do Trabalho ficou finalmente: “Indigeneidade e Raciocínio Geográfico: Um exercício de reconexão Ancestral a partir do Corpo – Território”. Não mais uma sequência didática, porque entendemos, que para isso deve ser aplicada em/com o coletivo. E é uma Reconexão ancestral, e não um resgate, porque nossa memória não está morrendo para ser resgatada, ela está viva, resistiu à longa noite dos 500 anos¹. Ao longo do projeto focamos em aprofundar nas referências bibliográficas de conceitos chaves para a pesquisa, que serão apresentados neste presente texto, e, a partir dessa base conceitual elaboramos um questionário (ANEXO A) com questões disparadoras para o exercício de corpo-território. Como pretendemos aplicar o questionário futuramente com outras pessoas ou grupos, decidi usar para a autoetnografia as mesmas perguntas que seriam feitas em coletivo.

¹ Comitê Clandestino Revolucionário Indígena - Comandancia General do Exército Zapatista de Liberação Nacional. México, janeiro de 1996.

Qual é a Geografia da sua História? Em uma tentativa de responder isto, uma etnografia própria, a partir do raciocínio geográfico, se apresentou uma possibilidade factível de recuperar as narrativas, que foram roubadas de minha família. A geografia se mostrou assim, uma chance real de reencontrar os elos perdidos, e entender, como se tratasse de um “quebra cabeças” espaço-temporal, o destino dos meus antepassados, e o de muitas pessoas com as quais me identifico, muito além do fenótipo.

Indigeneidade é o estado ou qualidade de ser indígena. No meu uso do termo, se refere às maneiras tradicionais de conhecimento do mundo próprias de tradições culturais [...] cujos sujeitos têm sido historicamente os alvos humanos do colonialismo europeu e neo-europeu e, mais recentemente, da globalização econômica. (BALÉE, 2008, p. 10)

Quando nos questionamos os acontecimentos a nível local e global, e a dialética que os relaciona, podemos compreender, por exemplo, o porquê meus avós nascidos no sertão nordestino, meu avô de Juazeiro do Norte/ Ceará e minha avó de Conceição do Coité/ Bahia, migraram ainda adolescentes para o Sul/ Sudeste. Primeiro foram para o Paraná, e depois para a Baixada Santista/ São Paulo. Minha avó, Dona Maria Antônia, não foi criada pelos seus pais, que eram indígenas aldeados, foi criada por um fazendeiro da região, do qual ela era de fato empregada.

Pensar que nossos tataravós nasceram antes da abolição, é entender que seus filhos provavelmente viveriam condições análogas à escravidão, isso significa, que minha vó foi a segunda geração “livre”, e minha mãe foi a primeira geração da família há centenas de anos desde a colonização, que teve acesso à direitos trabalhistas. E, eu a primeira geração a ter acesso ao ensino superior público e a primeira que pode retomar sua identidade ancestral de forma positiva, sem por isso perder a chance de um emprego, como era antes para quem afirmasse sua etnia.

Portanto o exercício autoetnográfico que se apresenta tem como objetivo ser uma proposta de reflexão sobre nossas memórias, uma chance de acessar nosso DNA através do Raciocínio Geográfico, para assim saber como devemos nos organizar através do espaço e do tempo.

Assim, entendemos que o raciocínio geográfico ensinado na escola, por

meio da prática pedagógica de Geografia, contribui para o processo de aprendizagem do aluno a partir do conhecimento dos conceitos fundamentais para essa ciência, como paisagem, região, território, escala, lugar e espaço geográfico, e a utilização desses saberes nas atividades cotidianas se estabelecem pela perspectiva do “olhar”, da análise espacial. Ou seja, na ação do indivíduo de compreender a realidade, seu entorno ou lugares distantes, sob o enfoque espacial e de reconhecer as diversas questões que interferem na produção e transformação do próprio espaço. (RICHTER, 2010, p. 25)

Entendemos que todo ser humano está localizado em um espaço, com o qual ele interage e aprende a se localizar em relação a outros lugares, isso independente se já teve contato com a Ciência Geográfica ou não. Desenvolver o raciocínio geográfico é inerente ao ser vivo que se reconhece em um lugar e nele se mobiliza para sua sobrevivência.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

Os passos iniciais foram identificar com quais conceitos iríamos trabalhar, então fizemos um levantamento bibliográfico para melhor entendimento e consolidação do que estamos propondo como: um estudo de nossas raízes étnicas, através do raciocínio geográfico no exercício aqui proposto.

Então partimos para uma revisão bibliográfica, de como se deu a Espacialização Colonial e o processo de apagamento das identidades originárias e suas territorialidades, consolidação de conceitos chaves para a pesquisa como: Espaço, Tempo, Etnia, Etnogênese, Indigeneidade e Herança histórica, que não conseguimos aprofundar adequadamente. Elaboração de um Questionário com perguntas iniciais (ANEXO A), como base da entrevista para trabalhar os conceitos estudados, e a relação com o mapeamento do Corpo-Território.

Este argumento, o corpo visto como território é em si mesmo um espaço, um território-lugar, que ocupa, ainda, um espaço no mundo e pode vivenciar todas as emoções, sensações e reações físicas, para encontrar nele, um lugar de “resistência” e ressignificação (HERNÁNDEZ, 2016, p. 42)

A geografia feminista parte do mesmo pressuposto de que devemos analisar de forma interseccional como os espaços racistas, patriarcais e heteronormativos

influenciam no nosso tempo (ZÁRATE, 2014). Na América Latina, coletivos como o *Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo* (2017) apontam que as Geógrafas feministas questionam o espaço como um lugar neutro. Dizem que os corpos estão situados em um espaço, e analisam como estão constituídos, quais são suas estruturas sociais de dominação.

Por isso, os espaços dependem das relações de poder e são o resultado das desigualdades sociais, que hierarquizam não só as pessoas se não também territórios. Elas expõem que o poder tem uma geografia que gera desigualdade entre pessoas e lugares. Pensam que os corpos são a primeira fronteira entre eu e a/o outro/outra. Mostraram como tudo o que fazemos está espacialmente situado, encarnado em corpos diferentes e hierarquizados por gênero. Corpos que também são construções culturais baseados na ideia de um espaço, um lugar, uma comunidade e um contexto. Algumas expoentes são: Doreen Massey, Gillian Rose, Linda McDowell, Sara Smith e o Coletivo de Geografia Crítica do Equador.

O feminismo comunitário é uma recriação e criação do pensamento político ideológico feminista e cosmogônico, que surgiu para reinterpretar as realidades da vida histórica e cotidiana das mulheres indígenas, dentro do mundo indígena. Entende que devemos descolonizar nosso tempo que foi roubado, pois a Europa impôs sua forma temporal linear à nossa história. Foram atropelados nossos ciclos naturais, sejam os da terra, os da menstruação, da produção, e de nossa sabedoria como um todo.

Esta linha de pensamento e ativismo vem principalmente das mulheres Aymaras bolivianas de *Mujeres Creando Comunidad* e as mulheres Xinkas integrantes da *Asociación de Mujeres indígenas de Sta. María* na montanha de Xalapán, Guatemala (CABNAL, 2010, p. 12). O feminismo decolonial, portanto, enfatiza a importância de aprofundar conceitos como o corpo-terra, a partir de uma reflexão coletiva de mulheres indígenas na defesa de seus territórios².

No sentido de retomar nossas vozes e contar nossas próprias histórias, é que decidimos pela Autoetnografia, a palavra vem do grego: *auto* (self = “em si mesmo”),

² COLECTIVO: *Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo. “Mapeando el cuerpo-territorio. Guía metodológica para mujeres que defienden sus territorios.”* Quito, 2017. p. 53. “Territorio: Inicialmente entendido como un término administrativo relativo al espacio dominado por cada Estado, fue posteriormente un término incorporado por los movimientos indígenas para reclamar el autogobierno y la plurinacionalidad, enfatizando que el poder sobre los territorios está en disputa. Desde esa noción del autogobierno, el territorio se entiende también como el espacio habitado, y se enfatiza que el cuerpo es el primer territorio.”

ethnos (nação = no sentido de “um povo ou grupo de pertencimento”) e *grapho* (escrever = “a forma de construção da escrita”), ou seja, já no significado da palavra está o fazer específico de sua forma de proceder, é o jeito de construir um relato (“escrever”), sobre um grupo de pertencimento (“um povo”), a partir de “si mesmo” (da visão daquele que escreve)³, além disso porque é um método de pesquisa baseado nos seguintes fatores de análise:

- a) usa a experiência pessoal de um pesquisador para descrever e criticar as crenças culturais, práticas e experiências;
- b) reconhece e valoriza as relações de um pesquisador com os “outros” (sujeitos da pesquisa)
- c) visa a uma profunda e cuidadosa autorreflexão, entendida aqui como reflexividade, para citar e interrogar as interseções entre o pessoal e o político, o sujeito e o social, o micro e o macro (SANTOS, 2017, p. 221)

Entre as razões fundamentais para realizar a autoetnografia, estão o fato de tentar estender as propostas didáticas que trabalhem a questão indígena, de uma forma não estereotipada, nem romantizada, ao mesmo tempo, diretamente ligada a quem somos e qual nosso papel quando assumimos nossa ancestralidade.

No sentido de interromper esses tabus, quebrar silêncios e recuperar vozes perdidas e desconsideradas, este tipo de projeto, visa tornar a pesquisa acessível a diversos públicos. Quando você toma posse de sua narrativa, tem o poder de traçar sua própria epistemologia. Uma criança de 10 anos pode realizar uma autoetnografia, assim como uma mulher adulta cortadora de cana-de-açúcar ou um senhor de 70 anos. Cada uma vai fazer o exercício da Memória de uma forma diferente, mas a ideia é que partam de questionamentos em comum.

Como o processo de começar um projeto de pesquisa, o movimento de organizar uma compilação de memórias geográficas de sua história e dos seus antepassados, pode apresentar pontos de mobilização coincidentes, muitas vezes iniciamos essa investigação por conta de acontecimentos que nos transformam, mentalmente e/ou sentimentalmente, e também em relação aos outros, sejam conhecidos ou não.

³ SANTOS, Silvio Matheus Alves. O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios. PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.24.1, 2017. p. 218.

É como se a autoetnografia nos lançasse em uma descoberta de sentido que nos faz reorganizar nossa compreensão sobre nós mesmos, terceiros e o mundo, pelas nossas vivências através de nossas identidades.

Santos (2017) nos introduz ao “modelo triádico” de Chang (2008), segundo o qual a autoetnografia está baseada em três orientações em que ela se sustenta e se equilibra, seriam:

- 1^a. Orientação metodológica – cuja base é etnográfica e analítica;
- 2^a. Orientação cultural – cuja base é a interpretação:
 - a) dos fatores vividos (a partir da memória).
 - b) do aspecto relacional entre o pesquisador e os sujeitos (e objetos) da pesquisa.
 - c) dos fenômenos sociais investigados;
- 3^a. Orientação do conteúdo, cuja base é a autobiografia aliada a um caráter reflexivo.

Isso evidencia que a reflexividade assume um papel muito importante no modelo de investigação autoetnográfico, haja vista que a reflexividade impõe a constante conscientização, avaliação e reavaliação feita pelo pesquisador da sua própria contribuição/influência/forma da pesquisa intersubjetiva e os resultados consequentes da sua investigação (SANTOS, 2017, p. 218)

Utilizamos o conceito de Espaço de Milton Santos (1985), pois ele sempre se apresenta um disparador de questões trabalhadas na Geografia, os elementos que o compõe: as pessoas, firmas instituições, infraestruturas e o que chamam de meio ecológico.

Caberia, aliás, aqui, perguntar se é válida a distinção que de início fizemos entre o meio ecológico e as infra-estruturas como elementos do espaço. Na medida em que as infra-estruturas se somam e colam ao meio ecológico e se tornam na verdade uma parte inseparável dele, não seria uma violência considerá-los como elementos distintos? Ademais, a cada momento da evolução da sociedade o homem encontra um meio de trabalho já constituído sobre o qual ele opera, e a distinção entre o que se chamaria de natural e não natural se torna artificial (SANTOS, 1985, p. 18,19).

Assim compreendemos segundo o autor que as pessoas são elementos do espaço, seja na qualidade de fornecedores de trabalho, seja na de candidatos a isso, trata-se de jovens, de desempregados, ou de não empregados (SANTOS, 1985). Esses elementos estão submetidos a variáveis quantitativas e qualitativas, mudam

conforme o movimento da história e das especificidades do lugar onde se encontram, que o tornam um espaço concreto. Portanto, não trabalharemos com causalidades em análises multivariáveis, mas com contextos. Pois entendemos que é dado fundamental da análise o estudo das interações entre os diversos elementos do espaço, para assim recuperar a totalidade social, cada ação não é um dado independente por si, mas é resultado do próprio processo social (SANTOS, 2014).

Para este exercício em questão, entender o contexto histórico político e geográfico dos ancestrais mais próximos de uma pessoa é fundamental para a reconexão com as etnias à que pertenciam nossas famílias. A migração compulsória de tantos povos nordestinos para a região Sudeste do país nos últimos séculos, que inclui o processo de minha família, tem a ver com o que Galeano aponta em *Veias Abertas da América Latina*:

Em 1888, aboliu-se a escravidão no Brasil. Porém não se aboliu o latifúndio e neste mesmo ano uma testemunha escrevia do Ceará: “O mercado de gado humano esteve aberto enquanto durou a fome, pois compradores nunca faltaram. Raro era o vapor que não conduzisse grande número de cearenses” [...] em 1900, 40 mil vítimas da seca abandonaram o Ceará (GALEANO, 1971, p. 127)

A primeira grande leva de migrantes cearenses a deixar o estado foi em direção ao norte para a floresta, dentro do chamado Ciclo da Borracha, entre os anos de 1879 e 1912, revigorando-se por pouco tempo entre 1942 e 1945, depois o itinerário mudou para o centro e para o sul do Brasil, grandes secas que assolaram a região em 1970 e que empurraram milhares à condições de emprego sub-humanas, foram construídas pelo homem branco e seu modo de produção:

A faixa úmida do litoral, bem regada por chuvas, tinha um solo de grande fertilidade, muito rico em húmus e sais minerais, coberto por matas tropicais da Bahia até o Ceará. Esta região de matas tropicais converteu-se, como diz Josué de Castro, em região de savanas. Naturalmente nascida para produzir alimentos, passou a ser uma região de fome. Onde tudo brotava com exuberante vigor, o latifúndio açucareiro, destrutivo e avassalador, deixou rochas estéreis, solos lavados, terras erodidas. Fizeram-se, a princípio, plantações de laranjas e mangas, que foram abandonadas e se reduziram a pequenas hortas que rodeavam a casa do dono do engenho,

exclusivamente reservadas para a família do plantador branco (GALEANO, 1971, p. 95)

Os povos originários que habitavam o que mais tarde foi chamado de sertão tinham suas próprias técnicas de agricultura, de milhares de anos de tradição em tentativas e erros, que constituem uma ciência que foi violentada com a imposição de um sistema explorador da terra. Após a destruição do solo, não se tem mais onde plantar, e a única opção é entregar sua filha a um fazendeiro, porque ele é o único que possui terras lavráveis na região. Como continuar adiante suas tradições se lhe é impedido a direito à vida, à reprodução e criação de suas próprias filhas? Como manter sua identidade assim?

O primeiro dado a levar em conta segundo Milton Santos (1986) é que a evolução técnica e a do capital não se fazem simultaneamente para todas as variáveis, nem se faz igualmente nos diversos lugares. Desta forma, na presente pesquisa, na recolha dos dados de minha família ou das participantes, caso fosse aplicada a oficina de corpo-territórios, no intuito das etnografias individuais, seria necessário entender o sistema produtivo que predominava no Lugar de origem dos nossos antepassados, e nas demais regiões, e que influências eram exercidas, tanto internas quanto externas, de cunho político e econômico, para que ocorresse a perda das respectivas identidades.

Visto que partimos da linha de que a organização do espaço tem um papel de estruturação compulsória que costuma contrariar as tendências do dinamismo próprio, por conseguinte o papel regulador das funções locais tende a ser monopolizado pelos centros de decisão longínquos e estranhos aos interesses da sociedade local afetada.

A organização do espaço é um conjunto de normas que regem as relações de cada variável com as demais, dentro e fora de uma área [...] para prolongar a vigência de uma dada função, continuidade e regularidade que sejam favoráveis aos detentores do controle da organização. Isso se dá através de diversos instrumentos de efeito compensatório que, em face da evolução própria dos conjuntos locais de variáveis, exercem um papel regulador, de modo a privilegiar um certo número de agentes sociais (SANTOS, 1985, p.24)

Se pensarmos nas variáveis que organizavam o espaço colonial, uma aldeia indígena no Sertão da Bahia possuía seu modo de produção, de viver, o europeu tinha outros interesses nas mesmas terras. Que estratégias usaram para impor seu uso? Com quais estratégias o povo originário resistiu frente a isso? Esse é o motivo pelo qual devemos levar em consideração as estruturas Espaço temporais. É preciso compreender o comportamento de cada variável significativa através dos períodos históricos que afetam a história do espaço que se está estudando.

Os períodos da modernização comercial, da modernização da indústria e de seus suportes e o da revolução tecnológica, causaram a mais profunda transformação espacial nos países subdesenvolvidos segundo Santos (1985). Ao nos atentarmos a esses apontamentos podemos traçar nossa linha de reconexão com a história apagada dos que nos antecederam.

Tendo em vista que nossa segunda geração em ascendência, avós e avôs, cresceram trabalhando em condições análogas à escravidão, e visto que deles em adiante nossas famílias já tinham perdido suas terras, compõe a geração de nossas/mães e avós, aquelas que sofreram com a migração compulsória aos centros industriais do país e a consequente perda de suas identidades.

Estudada deste ponto de vista, essa periodização é capaz de explicar a história e as formas de colonização, a distribuição espacial dos colonizadores, a dispersão das raças e línguas, a distribuição de tipos de cultivo e as formas de organização agrícola, os sistemas demográficos, as formas de urbanização e articulação do espaço, assim como os graus de desenvolvimento e dependência. A periodização fornece, também, a chave para entender as diferenças, de lugar para lugar, no mundo subdesenvolvido (SANTOS, 1985, p. 38).

Dante disso como apresenta Gersem Baniwa (2008) urge pensar novas metodologias e epistemologias capazes de implementar processos efetivos de diálogos interculturais no âmbito da produção e transmissão de conhecimentos que superem definitivamente o processo de colonização técnico-científica.

CAPÍTULO 1: POLÍTICAS IDENTITÁRIAS: A QUESTÃO INDÍGENA

1.1. COLONIZAÇÃO E NOMEAÇÃO DOS POVOS ORIGINÁRIOS

Para explorar uma região culturalmente distinta à de origem do colonizador, principalmente como se deu na América, que inicialmente usou mão de obra escrava indígena, foi necessário apagar ao máximo as culturas aqui pré-existentes. Condição necessária para desconectar as pessoas de suas terras tradicionais e assim usar seu solo e seu sub-solo a favor da metrópole em questão.

O fato de substituir a mão de obra escrava indígena pela africana, não tem a ver com uma suposta ideia de que o negro teria mais resistência física que o nativo americano, mas sim com o fato de que o comércio do tráfico era então mais lucrativo que a própria exploração colonial. Este fato foi o que possibilitou a acumulação primitiva de capital da Inglaterra, que era intermediária desse comércio e a que mais lucrou com ele, possibilitando assim a Revolução Industrial.

Ou seja, os interesses econômicos moveram os interesses políticos, e consequentemente a sociedade da época, que não era só uma, se não várias. Hoje somos 305 etnias, no que é chamado de território brasileiro, antes podemos estimar que seriam milhares de povos distintos, visto que, somos 900 mil pessoas indígenas hoje no país, segundo o IBGE, e na invasão portuguesa estimava-se 6,8 milhões de nativos no Brasil⁴, todas essas pessoas os portugueses classificaram enquanto uma etnia só, índios, termo que viria de quando Colombo acreditou ao chegar em 1492, que teria chegado na verdade nas Índias Orientais.

Assim, milhares de etnias nas Américas são chamadas de índios, indígenas, originários, nativos; e outros termos que o movimento indígena tem apontado como etnocidas: caboclo, ribeirinho, caiçara, bugre ou pardo. Criada para descaracterizar as culturas em uma tentativa de homogeneizá-las, a desterritorialização serve ao capital e seus interesses.

As políticas identitárias, como o branqueamento da população, são reflexo direto do ideal de Nação que se quer construir. Depois da colonização, em que de fato o que se prezou foi o extermínio em massa das culturas originárias, era preciso unificar o território em um Estado-Nação, com uma língua e uma cultura. Hoje

⁴ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro, 2000. Apêndice: Estatísticas de 500 anos de povoamento. p. 222.

existem 274 línguas originárias, antes da colonização eram aproximadamente 1.000 línguas nativas⁵.

Na América Latina, as missões jesuítas tiveram papel fundamental nesse processo. Os aldeamentos eram bases estratégicas para expansão das fronteiras do país. Medidas como a proibição do Tupi e o sequestro de crianças indígenas, fragmentavam as famílias, facilitando os bandeirantes em suas caçadas de extermínio aos povos, forçando migrações compulsórias que garantia mão de obra escravizada nas cidades incipientes dos colonizadores.

Os colonos, explorando a inimizade natural, racial, congênita, dos índios, aliamavam-se a determinadas tribus, a fim de combater a outras. Tempo houve, no entanto, em que as próprias nações amigas se rebelaram contra os povoados e abriram a luta Franca (SANTOS, 1948, p. 26)

1.2. PERDA DE TERRAS E MIGRAÇÕES COMPULSÓRIAS

Como pontuamos no tópico anterior, a violência do etnocídio e perseguição de outras identidades que não fosse a branca, está diretamente ligada à retirada dos territórios sagrados para a exploração do pau-brasil, algodão, cana-de-açúcar, criação de gado, mineração e outras. A desapropriação de nossos territórios é também a retirada de quem somos. Sem ter onde plantar e manter nossa cultura, não resta muitas opções à não ser uma promessa vaga de melhorar de vida em algum lugar desconhecido.

Milton Santos (1948), em sua primeira obra, fala sobre o povoamento da Bahia, e os seus motivos econômicos, comenta que “Os índios, ciosos da propriedade de suas terras, buscavam impedir a penetração para os sertões, dando, sempre que possível, combate aos portugueses” (p. 53)

Os motivos da invasão portuguesa para o sertão eram fatores econômicos como o pastoreio e a mineração. A chamada “caça ao índio” não era um fator de povoamento, mas de invasão, como a do missionário, só assim o bandeirismo do Jesuíta seria útil, uma vez que os missionários fundaram vários aldeamentos no interior da colônia. (SANTOS, 1948).

O povoamento do sertão haveria de se dar em diversas direções. Mas as

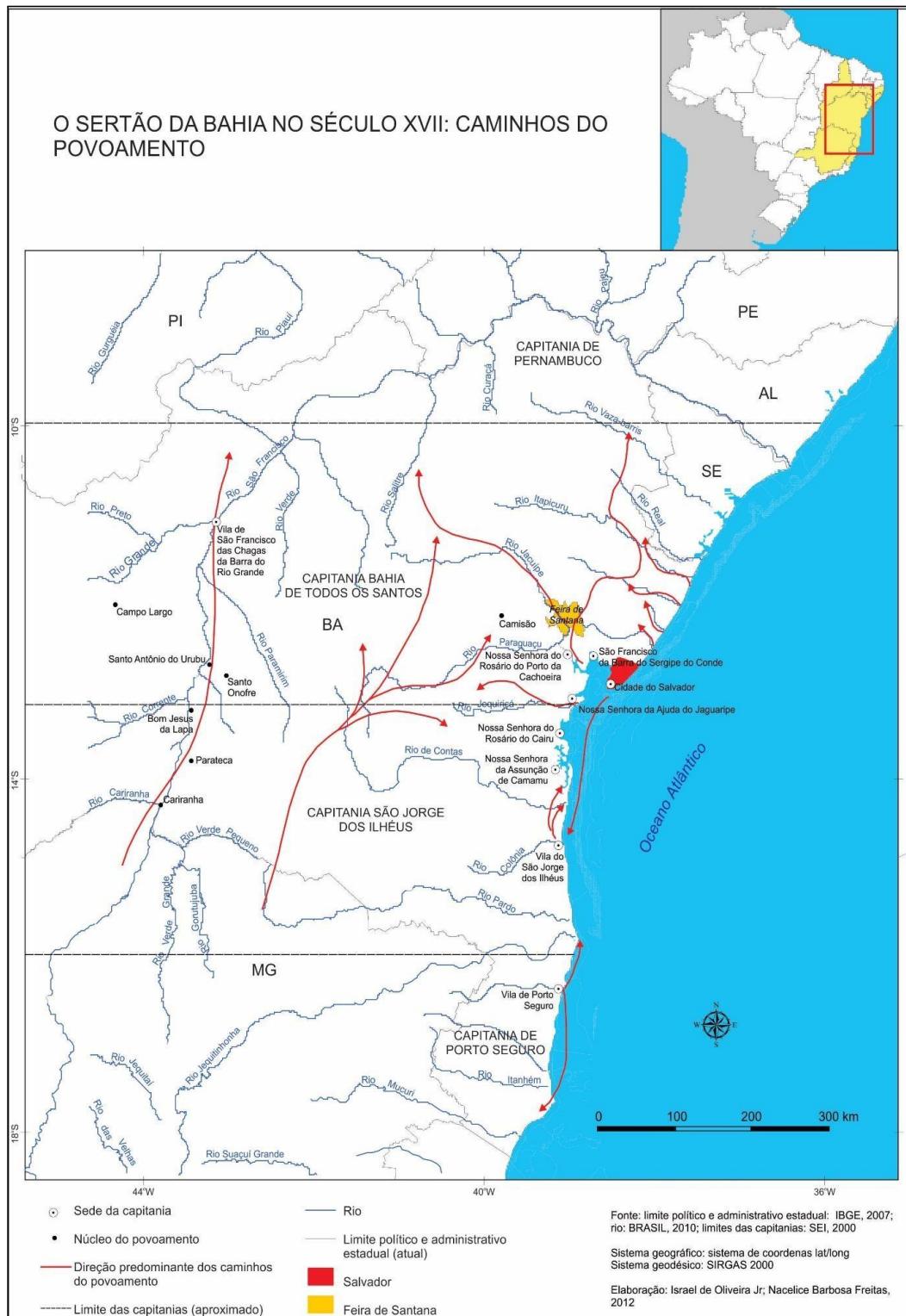
⁵ <https://pib.socioambiental.org/pt/L%C3%ADnguas> acessado em 13/06/2019 às 16:45

primeiras rotas- partiram do litoral da Bahia, que era o principal foco de invasão portuguesa (SANTOS, 1948, p. 54). Visto que economicamente, São Vicente e região não tiveram muita utilidade na época, devido sua distância da metrópole e o obstáculo geográfico da Serra do Mar.

Dos rios que desembocavam no Recôncavo baiano é que se dariam os primeiros eixos de expansão da coroa portuguesa, vide MAPA 1 na próxima página. Pelos rios viviam milhares de povos, com línguas diferentes, costumes diferentes, que foram classificados generalizadamente como índios. Porém, é um erro acharmos que os colonizadores não percebiam as diferenças entre as culturas dos povos originários.

Os Tupiniquins espalhavam-se pelo litoral desde o rio Camamu até o Rio Cricaré, depois S. Mateus, deles é que foram os três naturais que, segundo conta Damião de Góis, João Lopes Bixorda apresentou, em 1515, a D. Manuel. Segundo conta Fernão Cardim, “estes procederão dos de Pernambuco e se espalharam por uma corda do sertão, multiplicando grandemente”. Eram muito cruéis e é esse mesmo cronista quem diz que eram muito vingativos e queriam vingar-se comendo seus contrários”. (SANTOS, 1948, p. 17)

MAPA 1 – O Sertão da Bahia no Século XVII: Localização dos Caminhos do Povoamento



Fonte: Freitas, 2014

Estrategicamente, a Branquitude⁶ usa um padrão para hegemonizar uma população, a partir de um determinado arquétipo de pensamento, de ser e agir, quem não se encaixa nesse padrão é a parcela da população da qual a Supremacia Branca pretende fazer usufruto de sua exploração. É necessário catequizar, retirar a identidade, proibir manifestações religiosas indígenas, para tomar as terras desses povos, e avançar junto ao capitalismo, e seu modo de vida.

Pero Vaz de Caminha (1985), afirma sobre os Tupiniquins, que “a feiçãm deles hee serem pardos, maneira de avermelhados, de boos rostos e boos narizes, bem feitos”. Esta é uma das primeiras referências aos indígenas enquanto pardos, mas ainda é um termo usado no sentido de descrição da tonalidade da pele. Que mesmo que hoje em dia ainda faça alusão a esse fator, carrega o peso da perda da identidade, e consequentemente da terra.

Uma massa de caboclos se estende pelo Brasil, trabalhadores sem-terra, mão de obra barata para ser triturada no ritmo caótico das metrópoles. Em São Paulo a xenofobia com a população nordestina se manifesta como uma das faces do racismo com os povos indígenas. O termo “cara de nordestino” é cara de que? De índio.

1.3. CENSOS DO IBGE: DE 1876 ATÉ HOJE

O Instituto Brasileiro de Geografia realiza censos demográficos com classificação racial desde 1872, a partir da “cor da pele”, forma que funciona ainda hoje, sendo branca, preta, e parda. Depois se introduziu a amarela. A exceção é a categoria indígena, que entrou no recenseamento de 1991. Na de 1872, a categoria usada era a de caboclo. (IBGE, 2013)

Em 1890, no segundo Recenseamento foi substituído o termo pardo, por mestiço. Os Censos Demográficos que se seguiram apagaram a raça até 1940, quando voltaram a coletar a cor da população quase pelas mesmas categorias usadas em 1872. O termo que classificava os mestiços voltou a ser pardo.

⁶ A branquitude é entendida aqui como uma construção sócio-histórica produzida pela ideia falaciosa de superioridade racial branca, e que resulta, nas sociedades estruturadas pelo racismo, em uma posição em que os sujeitos identificados como brancos adquirem privilégios simbólicos e materiais em relação aos não brancos. SCHUCMAN, Lia Vainer. Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. São Paulo, 2012.

(PETRUCELLI & OSORIO, *apud* IBGE, 2013).

Não havia uma categoria específica para indígenas (que foram classificados como pardos). Desde então, a única alteração no sistema classificatório, que não foi empregado no Censo Demográfico de 1970, foi justamente o acréscimo da categoria indígena na década de 1990. De 1940 até o Censo Demográfico 1991, a classificação era só de cor. Foi com a inclusão da categoria indígena, a partir desse Censo, que a classificação passou a ser designada de cor ou raça, ganhando suas cinco categorias atuais. Essa classificação é usada também nos demais levantamentos do IBGE, nos registros administrativos do governo brasileiro, e em pesquisas realizadas por outras instituições (PETRUCELLI, OSORIO, *apud* IBGE, 2013, p. 88).

As especificidades da classificação demográfica do Brasil estão relacionadas à história de formação do país e à particularidade de preconceito racial daqui, caracterizado por Nogueira (*apud* IBGE, 2013) como preconceito racial de marca. São poucos os países que usam uma categoria como a parda em suas classificações raciais, ou que escolhem diferenciar as variedades principalmente pela cor, quase sem menção à origem geográfica ou nacional (OSORIO, *apud* IBGE, 2013). Ao contrário do que se dá nos Estados Unidos, com o preconceito racial de origem, que como o nome já diz a discriminação se realiza a partir de sua origem geográfica e familiar, mesmo que não se manifeste em seu fenótipo. É preciso entender o tipo de preconceito, para analisar como as relações raciais afetam com maior intensidade, e como mudam os mecanismos pelos quais a discriminação se efetiva. Porém, em geral as marcas remetem à origem, e a origem, às marcas (PETRUCELLI, OSORIO, *apud* IBGE, 2013, p. 88).

Segundo Nogueira (*apud* IBGE, 2013) quando se trata do preconceito racial de origem, os que descendem do grupo discriminado, mesmo que não tragam em sua aparência física os traços de seu grupo de origem, são prejudicados. Quando ocorre miscigenação, a pessoa é identificada com o grupo discriminado, mesmo que o seu fenótipo seja o do grupo discriminador. Porém, na forma de atuação do preconceito racial de origem, a exclusão incondicional “dos membros do grupo atingido, em relação a situações ou recursos pelos quais venham a competir com os membros do grupo discriminador” (NOGUEIRA, *apud* IBGE, 2013, p. 79), já é um fator que em si reduz bastante a probabilidade de uniões inter-raciais. Tanto o grupo

discriminador quanto o discriminado prezam pela pureza racial (NOGUEIRA *apud* IBGE, 2013, p. 88).

Já em casos com o do Brasil onde predomina o preconceito racial de marca, a origem não interessa, apenas a quantidade de traços, ou marcas, das características físicas do grupo discriminado tem a potencial vítima. A principal marca é a cor da pele, porém, o cabelo também é de fundamental importância nesta classificação. Possuir os traços do grupo discriminado representa inferioridade, quanto mais marcas não-brancas você porta maior será o preterimento. Também é necessário se atentar a posse de outras características, positivamente valoradas pela sociedade, como educação, poder político, projeção social e posse de riquezas, podem compensar, ao menos parcialmente, as marcas (IBGE, 2013, p. 89).

Antes da PCERP 2008, o IBGE coletou informações sobre a origem na PME de julho de 1998 para testar a preponderância da marca sobre a origem no Brasil e subsidiar os trabalhos da Comissão Consultiva do Censo 2000, que incluíam considerar a eventual necessidade de reelaboração da classificação de cor ou raça e a possibilidade da inclusão de quesitos de origem. Após discutir os dados, a Comissão optou pela manutenção da classificação e pela inutilidade da inclusão de um quesito de origem, pois a maior parte dos entrevistados considerou-se brasileira, eventualmente adicionando outra origem, portuguesa e italiana, sendo estas as mais expressivas (SCHWARTZMAN, 1999 *apud* IBGE, 2013).

A proposta da presente pesquisa de uma autoetnografia a partir do mapeamento do nosso corpo-território, vem exatamente na contramão de assumir que o Brasil é um país de origem europeia. A miscigenação foi um fato, mas nossas raízes africanas e indígenas são majoritárias, se considerarmos que os genes negros são classificados na Biologia como dominantes em relação aos genes brancos, nomeados recessivos, os genes dominantes A e B codificam maior produção de melanina na pele em oposição aos respectivos alelos recessivos a e b.⁷

Se considerarmos que o número de africanos que desembarcaram durante a colonização foi de aproximadamente 4 milhões entre 1550 e 1850, e a de brancos portugueses de 500.000 entre 1500 e 1808. Significativamente, no período de

⁷ RIBEIRO, Krukemberghe Divino Kirk da Fonseca. "A cor da pele na espécie humana"; *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/biologia/a-cor-pele-na-especie-humana.htm>. Acesso em 19 de junho de 2019.

aproximadamente 100 anos de 1872 a 1975, o Brasil recebeu pelo menos 5,5 milhões de outros imigrantes da Europa e de outras partes do mundo. Estes foram, em ordem decrescente, 34% italianos, 29% portugueses, 14% espanhóis, 5% japoneses, 4% alemães, 2% libaneses e sírios, e 12% outros. Esse fenômeno, foi denominado de "branqueamento do Brasil"⁸. Portanto a afirmação de que não-brancos somos maioria é um fato evidente em determinadas regiões do país como no Nordeste, mas diferente do que dizem o Sul não é totalmente branco, existem muitos territórios quilombolas, assim como negros nas cidades e terras indígenas que resistiram à violência colonial. E em números totais, segundo o IBGE⁹, em 2016, no Brasil 44,2 % da população era branca e 54,9% é negra (pretos e pardos).

O motivo das pessoas se lerem enquanto brancas é fruto do próprio racismo. As políticas de embranquecimento implementadas no Brasil são causa da quantidade de respostas que reconhecem uma suposta origem europeia na família. Como aponta Sérgio Buarque de Holanda (1936, p.31) em Raízes do Brasil¹⁰, a implantação da cultura europeia no extenso território, dotado de condições naturais, se não adversas, largamente estranhas à sua tradição milenar, é, nas origens da sociedade brasileira, o fato dominante.

As migrações compulsórias e a perda da identidade, como discutimos aqui no tópico anterior, a xenofobia nas cidades, forçam muitos sujeitos a tentarem apagar de alguma forma suas raízes, em uma tentativa de se assemelhar a um suposto padrão urbano, no caso “o branco”. Por isso em parte discordamos dos argumentos apresentados no trabalho que estamos usando aqui como referência:

A irrelevância da definição por origem estava plenamente de acordo com o predomínio do preconceito de marca, essencialmente estético, reforçando a pertinência da identificação da raça pela cor. A origem africana, que definiria os que se reconhecem como afrodescendentes, ou afro-brasileiros, representou apenas 1,5% das respostas, e foi escolhida por somente 2,1%

⁸ PENA, S.D.J. et al . DNA tests probe the genomic ancestry of Brazilians. Ribeirão Preto, v.42, n.10, p.870-876, Out.2009. Encontrado em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-879X200900100001&lng=en&nrm=iso. Acessado em 13/06/2019

⁹ IBGE, 2016. Encontrado em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18282-populacao-chega-a-205-5-milhoes-com-menos-brancos-e-mais-pardos-e-pretos>. Acessado em 13/06/2019.

¹⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

dos entrevistados. Novas evidências sobre a classificação racial. Na perspectiva da discriminação, a raça no Brasil é essencialmente uma questão de aparência, não de origem, e a marca principal que permite a identificação da raça é a cor, para a qual existe uma espécie de escala de graduação que vai do branco ao preto (OSORIO, 2003; NOGUEIRA, 1985 apud IBGE, 2013).

É um fato que a discriminação racial no Brasil se dá pela cor, e que dentro de uma escala de cores, uma pessoa criada em um sistema racista como o nosso, geralmente, tende a afastar sua cor/raça o máximo possível da preta. Porém o mesmo vai se dar em um censo demográfico com um recorte racial de origem, e não por isso esse fator deve ser ignorado. Como vamos criar políticas de educação condizentes com a Lei 11.645/ 2008 se não temos dados atualizados e oficiais, de origens geográficas dos estudantes e sua família?

O atravessamento entre o preconceito de marca e origem, é essencial para elaborar um exercício de reflexão sobre nossas raízes indígenas, é o fato que explica por exemplo, porque um Pankararu do sertão pernambucano, quando perde suas terras e costumes, é classificado caboclo, e quando vem habitar as periferias de São Paulo, vira branco, pardo ou preto, nordestino. Mesmo com toda a resistência de nosso povo para manter sua cultura, como os próprios Pankararu conseguem perpetuar com o culto aos Encantados na Favela do Real Parque, demonstra que não só perdemos em questão de identidade.

Portanto, a Pesquisa das Características Étnico-Raciais da População realizada em 2013, para nós foi uma tentativa de legitimar o racismo de Marca do Brasil, realmente essa caracterização é condizente com a forma mais popular de identificar raças, mas é uma tentativa de trazer evidências que validem a classificação de cor ou raça do IBGE, que não leva em conta a origem da população, que do nosso ponto de vista antirracista contribui com o apagamento das narrativas marginalizadas.

Se as pessoas não se identificam com a origem geográfica de suas raízes negras e/ou indígenas, não significa que devemos ignorar de onde seus antepassados vieram e perguntar somente como elas se identificam a partir de seus traços. É mais um motivo pelo qual devemos criar políticas públicas que garantam que a população possa reconhecer suas origens sem serem discriminadas por isso.

Por isso concordamos que entre as características do racismo no nosso país

“Uma das mais expressivas é a de que a população representada considera a cor da pele – principalmente – e os traços físicos elementos mais importantes para as pessoas definirem a raça do que a origem familiar dos antepassados, ou do que a cultura ou tradição” (IBGE, 2013). Só que o Estado ao reconhecer e afirmar este fato, e negligenciando a origem das pessoas, o faz na intenção de “jogar ao limbo” milhões de supostos “pardos”, termo que não remete a nenhuma história, nenhuma origem geográfica de fato.

Apagando por completo os crimes DE ESTADO cometidos todos os dias no Brasil, desde a invasão destas terras. No mesmo trabalho é pontuado que a maior parte da população (representada pelos entrevistados), um 63,7%, considera que a cor ou a raça influencia a vida das pessoas no Brasil (IBGE, 2013).

Da autoestima à possibilidade de somente viver, é marcado pela quantidade de melanina no Brasil, mas para entender qual é sua raça a partir da sua cor, entendemos que é essencial o raciocínio geográfico, é exatamente pelo preconceito de origem não ser predominante no país, e consequentemente negligenciado, que devemos nos atentar a ele. Porque o próprio racismo de marca vigente aqui, quer que esqueçamos de onde viemos e de nossa história. Para que não saibamos para onde vamos e nem por quê.

CAPÍTULO 2: POLÍTICAS EDUCACIONAIS: DA CATEQUESE ÀS NOVAS LEIS

2.1. ALDEAMENTOS E CATEQUESE

Como mencionamos anteriormente os aldeamentos jesuítas, através da catequização foram fundamentais para o fundamento de importantes centros econômicos do país, como a cidade de São Paulo. Os missionários, jesuítas na sua maioria, tratavam de isolar os índios nas reduções, isentando-os das influências externas. A língua geral, que usavam no trato com os indígenas eram um outro e importante fator de isolamento (SANTOS, 1948, p.25)

Os jesuítas foram o braço intelectual da colonização, aprenderam o tupi, e recriminaram as sexualidades indígenas, o que hoje é chamado a partir da cultura ocidental de homossexualidade, bissexualidade, transgeneridade, etc. E que era fato corriqueiro do modo de vida dos povos originários, assim como formava parte de sua cosmologia e suas divindades/espíritos. Como é o caso do povo Ticuna, a Mãe dos Ventos, é uma Deusa com pênis. Pude entrar em contato com a vestimenta do ritual

onde ela se “materializa” na Exposição “Adornos do Brasil Indígena: Resistências Contemporâneas”¹¹, no qual pude atuar como arte-educadora.

Dentre outras evidências da criminalização e repressão às sexualidades, podemos encontrar no trabalho de Estevão Fernandes (2015), “Decolonizando sexualidades: Enquadramentos coloniais e homossexualidade indígena no Brasil e nos Estados Unidos”, em que explica como na chegada dos portugueses, as sexualidades do povo daqui eram tratadas como sodomia, mais um fato que, segundo os portugueses demonstrava a inferioridade dos indígenas. Agora, depois que a colonização se consolidou, e a cultura ocidental começa a aceitar e incorporar o discurso LGBTQI+, se você pertence a alguma(s) destas siglas e é indígena, o discurso (neo) colonial te classifica enquanto índio aculturado.

Ou seja, algo que era inerente ao nosso modo de vida, que é, e foi totalmente perseguido pela moral cristã, a partir do momento que nos (re)apropriamos do livre exercício de nossas sexualidades, que somos novamente reprimidos, porque agora supostamente não nos pertence mais.

O braço genocida e escravista nos interiores do Brasil foi exercida pelos bandeirantes, como conta Milton Santos, sobre a destruição do gentio baiano, e atribui o grande e importante papel desempenhado pelas entradas e bandeiras (1948, p.27). A reação de muitas populações era fugir para o interior das terras a afastar-se cada vez mais das praias.

Com uma dessas bandeiras de Paulistas, sob a chefia de João Amaro”, conta Handelmann, “entrou em negociações o Governador Geral da Bahia, e, como lhe garantissem uma recompensa de 8.000 cruzados, consentiu de boa vontade em levar socorros aos colonos em apuros”. Foi no ano de 1673 que ele chegou aos Sertões da Bahia, a fim de realizar a sua tarefa. Parece que teve êxito, pois o mesmo Handelmann, mais adiante, informa que “milhares de índios foram trucidados, milhares vendidos como escravos”... Confederados os índios em Jacobina, em estado de guerra declarada, contra eles foi mandado um outro bandeirante, Estevão Bayão Parente, que os destroçou (SANTOS, 1948, p. 28)

Os bandeirantes desempenharam esse papel na história do povoamento do

¹¹

Exposição “Adornos do Brasil Indígena: Resistências Contemporâneas” no SESC Pinheiros de Setembro de 2016 à Janeiro de 2017.

Brasil, não só abriram o sertão e os interiores afins, para a colonização, dando guerras aos povos indígenas, mas também no caso do Nordeste, trocando a sua vocação de despovoadores pela de povoadores, eles próprios. Muitos daqueles sertanistas, trocaram as insígnias do bandeirante pelo gibão do vaqueiro, ficaram no sertão mesmo, criando gado: tornaram-se fazendeiros. Os portugueses, como vimos, para poderem colonizar a terra, tiveram que destruir o seu primeiro povoador, quando não o podiam assimilar (SANTOS, 1948, p. 28).

2.2. DITADURA E CONTINUAÇÃO DO ETNOCÍDIO

Com o objetivo de investigar os crimes da Ditadura Brasileira contra os povos indígenas, surgiu a Comissão Nacional da Verdade (CNV). O Relatório Final foi publicado em 2014 e indicou que mais de 8.350 pessoas de diversas etnias foram assassinadas na mão dos militares, no período investigado (1946-1988). A Comissão ressalva que o número real de vítimas deve ser “exponencialmente maior”, seja por ação direta ou omissão de agentes do Estado.

Data dos anos 1970 a construção de rodovias como a Transamazônica (BR-230), a Santarém-Cuiabá (BR-165), a Manaus-Boa Vista (BR-174) e a Xavantina-Cachimbo (BR-080) e de barragens como Itaipu e Tucurui, que impactaram numerosos povos indígenas. Em 1969, criou-se a Guarda Rural Indígena (GRIN), para a qual foram recrutados indígenas de diferentes povos, que deveriam atuar militarmente em seus territórios (ADUSP, 2018)

A política indigenista da Ditadura estava submetida a uma estratégia de “desenvolvimento” pautada na exploração de recursos naturais (minérios, florestais e agrícolas) e na implantação de projetos de infraestrutura, como rodoviárias, ferrovias e barragens, sobretudo na esteira do Plano de Integração Nacional (PIN), decretado em 1970. [...] Em 1973, a promulgação do Estatuto do Índio (Lei nº 6.001) fixou a “integração” dos povos indígenas como foco da política indigenista, permitindo remoção por questões de “segurança nacional” e para a realização de obras públicas (ALARCON, 2018)

O relatório da CNV registra que o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), criada em 1967 para substituir o primeiro, disponibilizaram veículos, funcionários gêneros alimentícios para os deslocamentos

forçados, em estreita colaboração com fazendeiros e autoridades locais. Em ao menos um caso os custos da ação foram pagos com a renda obtida do trabalho dos próprios indígenas.

Entre 1972 e 1974, os Aikewara (Suruí), que habitam o sul do Pará, foram recrutados à força para participar da repressão à Guerrilha do Araguaia. Também em 1969, foi estabelecido o Reformatório Krenak, uma colônia penal e de trabalhos forçados em pleno território Krenak.

Em 1988 durante a elaboração da Constituinte, Ailton Krenak membro da Associação dos Povos Indígenas do Brasil, fez uma intervenção na plenária, pintando seu rosto de preto, que em suas palavras foi um ato simbólico de indignação - e que pode expressar também luto - reivindicando as pautas de demarcação de terras, e o reconhecimento das identidades originárias, fez no geral a defesa de uma proposta das populações indígenas à Assembleia Nacional Constituinte, como no trecho reproduzido a seguir:

“Não estamos reivindicando nem reclamando qualquer parte de nada que não nos cabe legitimamente e de que não esteja sob os pés do povo indígena, sob o habitat, nas áreas de ocupação cultural, histórica e tradicional do povo indígena. Assegurar isto, reconhecer às populações indígenas as suas formas de manifestar a sua cultura, a sua tradição, se colocam como condições fundamentais para que o povo indígena estabeleça relações harmoniosas com a sociedade nacional, para que haja realmente uma perspectiva de futuro de vida para o povo indígena, e não de uma ameaça permanente e incessante. [...] o povo indígena está muito distante de poder influenciar a maneira que estão sugerindo os destinos do Brasil. Pelo contrário. Somos talvez a parcela mais frágil nesse processo de luta de interesse que se tem manifestado extremamente brutal [...] O povo indígena tem um jeito de pensar, tem um jeito de viver, tem condições fundamentais para sua existência e para a manifestação da sua tradição, da sua vida, da sua cultura, que não coloca em risco e nunca colocaram a existência, sequer, dos animais que vivem ao redor das áreas indígenas, quanto mais de outros seres humanos.” (Ailton Krenak, 1988)

“Os índios não podem impedir a passagem do progresso”, declarou o ministro do Interior, Maurício Rangel Reis, em 1976. “Dentro de 10 a 20 anos não haverá mais índios no Brasil”, vaticinou. . Hoje, o governo atual, repete a mesma coisa à exaustão: nosso destino está fadado à integração na sociedade nacional. Assim, perder as terras tradicionais, para que assim possam vendê-las à iniciativa privada.

2.3. LEI 11.645: CONQUISTAS E LIMITAÇÕES

Uma das maiores conquistas do movimento negro e indígena foi a implementação da Lei nº 11.645 em 10 de março de 2008 ainda no governo de Luís Inácio Lula da Silva, que alterava a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena", nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados:

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. (Diário Oficial da União, 2008, p. 1)

No mesmo texto, no segundo parágrafo da Lei, é apontado que o conteúdo referente à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros, devem ser ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras. Ou seja, Geografia também teria que estar incluso nesta Lei, e os professores deveriam abordar o tema apropriadamente, porém a realidade não é bem assim.

O despreparo dos professores para abordar o tema começa com que na época em que nós estudávamos, a questão indígena nunca foi tratada, pelo menos de uma forma não-estereotipada, jamais aconteceu. Claro que existem exceções que fogem à regra, mas que não fazem a estrutura. O desfalque desse conhecimento específico continua na Universidade, em quase sete anos de Graduação na Universidade de São Paulo, eu nunca tive uma disciplina obrigatória que tratasse diretamente a questão indígena como tema principal na grade da Geografia!

Portanto, como podemos abordar o tema de forma respeitosa e correta, se

não tivemos formação para isso, acaba caindo nas costas dos próprios professores ir atrás das informações necessárias e de formas alternativas para tratar a questão indígena, já que são poucas as referências de práticas acessíveis nas escolas.

Nesse sentido, que pensamos na presente pesquisa, como uma forma de ampliar o repertório sobre os povos originários nos espaços de aprendizado, sejam formais ou não formais.

CAPÍTULO 3: MAPEANDO O CORPO-TERRITÓRIO E AUTOETNOGRAFIA

3.1. SENTI-PENSAR O CORPO-TERRA¹²

A todos admirou a maneira de como aqui andavam “nus sem cobertura” e o fato de que “nem estimam nenhuma coisa cobrir, nem mostrar o rosto... os seus cabelos são corredios e são tosquiados de tosquia alta andava a cabeleira mui redonda e mui basta e mui igual que não fazia mingua mais lavagem para levantar”¹³ (CAMINHA, 1985)

O primeiro ato de domínio exige que o dominado esqueça o seu nome, perca a memória do seu passado, não mais se lembre de sua dignidade e aceite os nomes que o senhor impõe. A perda da memória é um evento escravizador. É por isto mesmo que a mais antiga tradição filosófica do mundo ocidental afirma que o nosso destino depende de nossa capacidade e vontade de recuperar memórias perdidas. Na linha que vai de Platão a Freud, o evento libertador exige que sejamos capazes de dar nomes ao nosso passado. A lembrança é uma experiência transfiguradora e revolucionária (ALVES, 1980, p. 26)

Em que momento nosso corpo deixou de ser nosso? A partir do momento que nos desligaram da terra, literalmente, quando nossas mãos deixam de tocar o chão, e esquecemos como se planta, não sabemos de onde vem o que nos alimenta, nos desligam aos poucos de quem somos, parte do todo.

¹² COLECTIVO: Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo. “Mapeando el cuerpo-territorio. Guía metodológica para mujeres que defienden sus territorios.” Quito, 2017. p. 53. “Sentipensar: Pensar con el corazón, con los sentimientos. Conceito impulsionado pelo reconhecido professor e sociólogo colombiano Fals Borda que ao pesquisar a cultura anfíbia no caribe colombiano recolheu o seguinte depoimento dos pescadores: “Nosotros actuamos con el corazón pero también empleamos la cabeza y cuando combinamos las dos cosas así, somos sentipensantes”.

¹³ CAMINHA, Pero Vaz de. *A Carta*. Introdução atualizada e Notas Silvio Castro. Porto Alegre: L & PM Editores, 1985. p. 75-78; 81-83; 96-98.

No caso de nós indígenas urbanos, não é uma escolha o desenraizamento, nos urbanizaram, quando tiraram nossos ancestrais de suas terras, começou nossa urbanização, que significa também a perda de autonomia de nossas vidas e corpos.

Neste sentido senti-pensar o corpo-terra é recuperar nosso nome, nossa identidade, nossos povos e seus conhecimentos. Como tentamos no seguinte exercício de mapeamento do corpo enquanto um território de (re) existência.

3.2. AUTOETNOGRAFIA E RACIOCÍNIO GEOGRÁFICO

Nesta Autoetno(geo)grafia, procurei através de registros visuais, documentos, entre outros relatos, de minha família materna, quais poderiam ter sido as etnias das minhas antepassadas. Não tive contato biológico, portanto, vou levar em conta uma linha matrilinear, sem excluir as raízes por parte de meu avô materno.

Começando pelo meu nome e o de minha mãe, Nathalia Vieira da Silva e Solange Vieira da Silva, é um sobrenome bastante comum no Brasil, só da Silva estima-se que existam 3.610.645¹⁴, fora os que já faleceram, e os que estão por nascer e já são da Silva, muitas especulações existem para esse nome. Alguns dizem que a semelhança com a palavra silvícola que quer dizer 'aquele que veio da selva' seria o motivo da grande difusão. Sua origem é claramente toponímica, quer dizer, que surgiu por alguma ligação com um lugar específico. No caso, no Latim, Silva significa selva, mata ou floresta, e esse talvez seja o motivo da grande quantidade de pessoas com esse sobrenome, se considerarmos que a população que foi chamada de brasileira, era indígena, significa que a seus descendentes foram outorgados sobrenomes "brancos", para que assim pudessem ser registrados oficialmente, e tivessem, aos poucos, suas identidades apagadas no processo de colonização.

Da Silva também era nome de família portuguesa escravocrata no Brasil, o que também explica o porquê de tantas pessoas negras terem esse sobrenome, sem esquecer que entre as pessoas escravizadas também havia indígenas, aos que foram outorgados os nomes de seus "donos". Vieira também é um nome bastante comum, e do mesmo jeito associado ao nome de uma família portuguesa escravocrata aqui. Waldemar Vieira da Silva era o nome de meu avô.

¹⁴ Dados extraídos da Forebears <<https://forebears.io/surnames/silva>> visitado em 28/04/2019.

Uma das técnicas de apagar uma identidade é retirar o nome de alguém, ou o direito de que a pessoa possa se nomear segundo seus costumes e escolhas. As pessoas transexuais no Brasil passam também por um processo muito parecido de burocratização da autodeclaração. A forma biologizante dos corpos com que se estrutura a medicina ocidental, define os corpos a partir de sua biologia, e a partir deles a sociedade reconhece seus papéis sociais.

Do mesmo modo, quando tratamos de povos indígenas não existe um só fenótipo, ou único modo de vida e uso do espaço. Como não há só mulher com vagina e homem com pênis, temos milhões de feições indígenas. E tudo isso tem a ver com o espaço geográfico de cada povo, são muitos os indígenas pretos entre os Pataxó na Bahia, por exemplo, devido justamente à chegada de 4,9 milhões de africanos escravizados¹⁵ no Brasil com especial desembarque massivo no litoral baiano, e a consequente miscigenação com os povos originários. Já no Rio Grande do Sul, os Kaingang, por exemplo, muitos possuem sobrenomes poloneses e alemães, e traços mais “brancos”. Devido à grande quantidade de imigrantes europeus na região, e o fruto de muitos estupros e relações inter-raciais.

Porém, não sabemos o quanto desses traços ditos negros ou brancos, já possuíam as etnias originárias, já que as feições de Luzia, fóssil conhecido como a mulher mais antiga do Brasil, possuía claramente traços pretos, ou seja, pode ser também que alguns traços negroides dos povos indígenas brasileiros, não sejam só fruto da miscigenação, mas possam ser também fenótipos pré-colonização.

Portanto, apesar de ter o fenótipo dito indígena, não sei qual é o meu povo, e para tentar achá-lo, fiz um recorte geográfico, começando com a cidade de origem de minha avó, chamada Maria Antônia dos Santos Silva, nascida em Conceição do Coité (BA), que pelo nome da cidade já denuncia a procedência indígena, por conter uma informação biogeográfica. Coité é uma Árvore que tem o fruto do mesmo nome, e que maduro, é usado para a confecção de maracás. Mas por ter forma de cuia tem usos domésticos diversos. Durante o Acampamento Terra Livre de 2019, escutei uma música em um Toré Atikum, que dizia sobre o uso do coité para beber Jurema, que é uma medicina sagrada usada por muitos povos do Nordeste.

Seu Sobrenome Santos também é indicativo de um processo de apagamento das identidades indígenas no processo de colonização, no qual era imposto os

¹⁵ SCHWARCZ, Lilia Moritz e STARLING, Heloisa Murgel. Brasil: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 81.

costumes e fés da religião católica, o mesmo que aconteceu para apagar os nomes de origem das pessoas que foram trazidas de África para serem escravizadas aqui. Assim, eram muitas as etnias e procedências geográficas que tinham que ser esquecidas, para não saber mais quem se é, e servir ao outro. Por isso tiraram nossos nomes.

Existem algumas semelhanças entre povos da mesma região no que hoje é entendido enquanto Território Brasileiro. Apesar das grandes diferenças dos povos originários entre si, o português invasor os classificou segundo seus interesses, conforme o povo que queriam inimizar um contra o outro, a seu favor. De acordo com Santos (1948), no Nordeste aconteceu da seguinte forma: quando os portugueses chegaram e tiveram um primeiro contato com os Tupi-guarani, que viviam no litoral, começaram a classificar os outros povos segundo a visão dos tupis, os "outros", eram chamadas de tapuias, o que não designa uma etnia indígena, mas várias delas, foram agrupados sob essa denominação todos os índios que não eram tupis, e que habitavam o sertão.

Assim, estão classificados como tapuias os indígenas dos grupos linguísticos Macro-jê, Caribe e Aruaque, entre outros. Historicamente, os índios tapuias foram considerados inimigos dos colonizadores, pois resistiam a abandonar suas terras e a se converter à fé religiosa pregada pelos jesuítas. Durante algum tempo, aliaram-se aos holandeses nas lutas para enfrentar o avanço português sobre suas terras. Mas logo perceberam que, se por um lado podiam com isso dificultar o domínio português, por outro acabariam sendo dominados por outros europeus, que eram os holandeses. Segundo Milton Santos (1948) assim como os gregos, que consideravam a todos os outros povos como bárbaros, os Tupis consideravam a todos que não falassem a língua geral como tapuia, palavra que quer dizer Bárbaro. O significado varia, algumas fontes dizem que tapúia, significa "silencioso" outros dizem que significa "língua enrolada/travada".

Figura 1 - Mapa do Corpo-Território ancestral antes do Recorte Etno(geo)gráfico



Fonte: Autoria própria, 2018

Depois que fiz o recorte etnogeográfico de minha família pude perceber, que todos os povos daquela região eram classificados enquanto tapuias. Antes de fazer este primeiro mapa, achava que meu avô era de Fortaleza, por ser uma metrópole que recebe pessoas do Estado inteiro. Coloquei todas as etnias do Ceará, mas minha mãe me contou que na verdade ele era de Juazeiro do Norte, Sul do Sertão cearense, quase Pernambuco, então reduziram-se bastante as etnias possíveis, como ilustrado no mapa da Figura 2, que fiz depois do Mapa da Figura 1.

Um fator que não podemos perder de vista é que os povos indígenas não permaneceram estáticos, migraram por diversos motivos, entre eles o próprio processo colonizador. Duarte da Costa, o segundo governador geral destruiu grande parte do gentio do recôncavo e obrigou os remanescentes a fugirem para o Sertão. Essas migrações e essas lutas tiveram a sua influência para o povoamento da Bahia e principalmente para o desbravamento do seu interior. As lutas contribuíram para destruição do gentio. As migrações, obrigando-os a buscar novos horizontes, forçavam-nos a abrir caminhos novos ou avivar os velhos, que, uns e outros, mais tarde serviriam aos portugueses na sua marcha para o Oeste. Barbosa Lima sobrinho, nota mesmo que “o oeste baiano se povoou em torno de alguns

povoamentos índios, entre os quais o de Jacobina se destaca pela antiguidade" (SANTOS, 1948, p. 24-27)

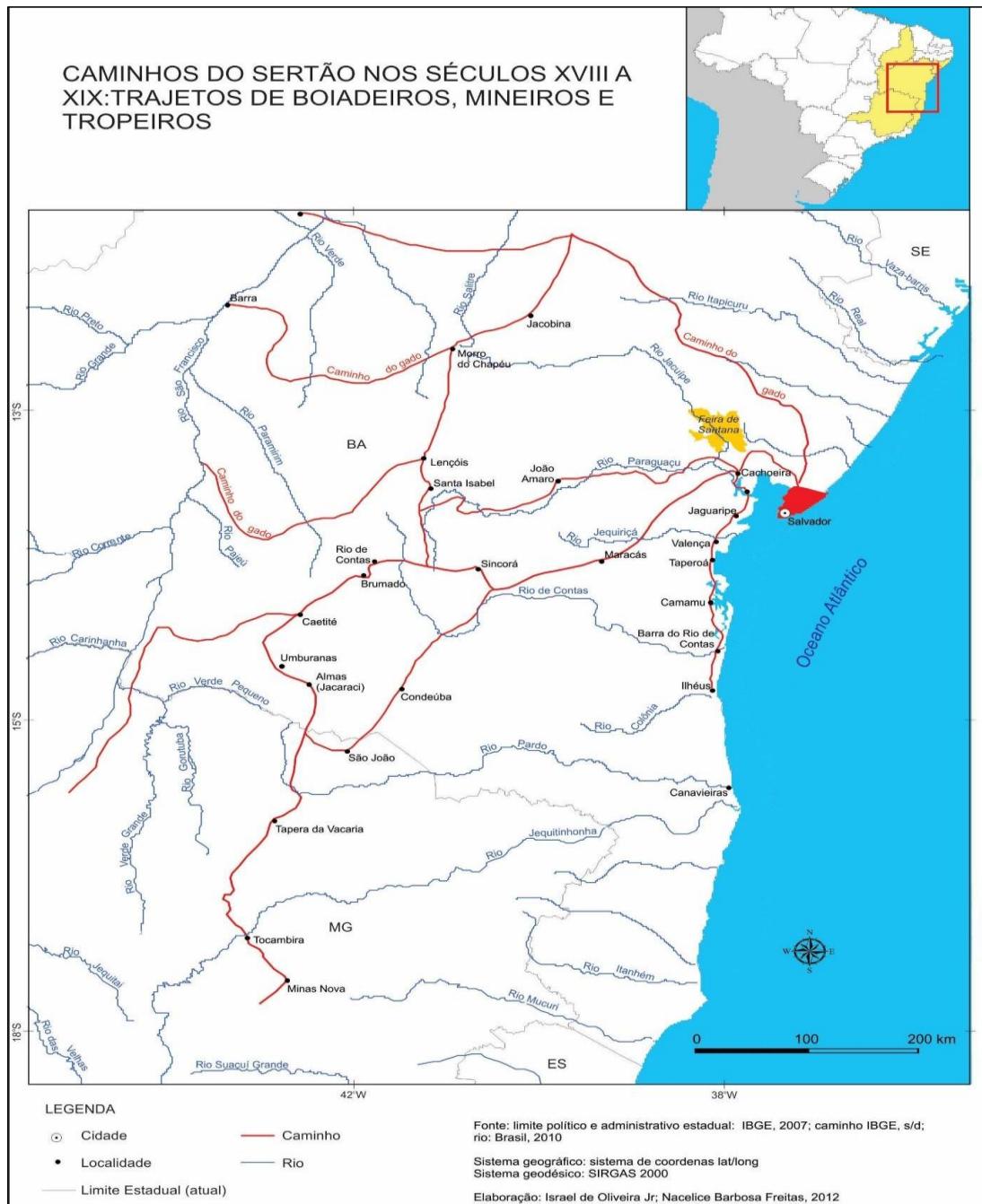
A atividade econômica, que os invasores portugueses usaram como ponta de lança na colonização do Nordeste, foi a pecuária. Na Bahia, os rebanhos primeiro se estabeleceram no recôncavo, mas foram dali expulsos pela monocultura. Por isso, os currais tiveram que ir se deslocando, principalmente para o norte, aproveitando-se a princípio do curso dos rios que chegavam à Bahia de todos os Santos ou desembocavam perto do recôncavo. Depois usaram outros rios para o ingresso nos sertões e para a provisão de água, indispensável, como se sabe, ao estabelecimento de qualquer agrupamento humano (SANTOS, 1948, p.65).

O bandeirante Francisco d'Ávila foi o responsável pelas maiores incursões pelo Nordeste, e a destruição de muitas tribos indígenas e consequente apossamento da região (SANTOS, 1948, p.66). Não à toa o sobrenome D' Ávila não é estranho na região como ilustrado no Mapa 3 - Localização das Terras dos Guedes De Brito, Garcia D' Ávila e João Peixoto Viegas na Capitania da Bahia: Início do Século XVIII. A porção de terras dos D'Ávila é gigantesca e ocupa a maior parte do sertão baiano.

Este dado é importante na hora de um futuro trabalho de campo na região, penso ir em cartórios, procurar nos arquivos públicos informações sobre minha família, saber que as terras onde eles habitavam, pertenciam à família Guedes de Brito - naquela porção de suas propriedades, onde seu domínio ia do Rio Jacuípe ao Rio Itapicuru, que inclui no caminho Conceição do Coité - é fundamental para entender os processos econômicos e de "desindianização" que ocorreram ali.

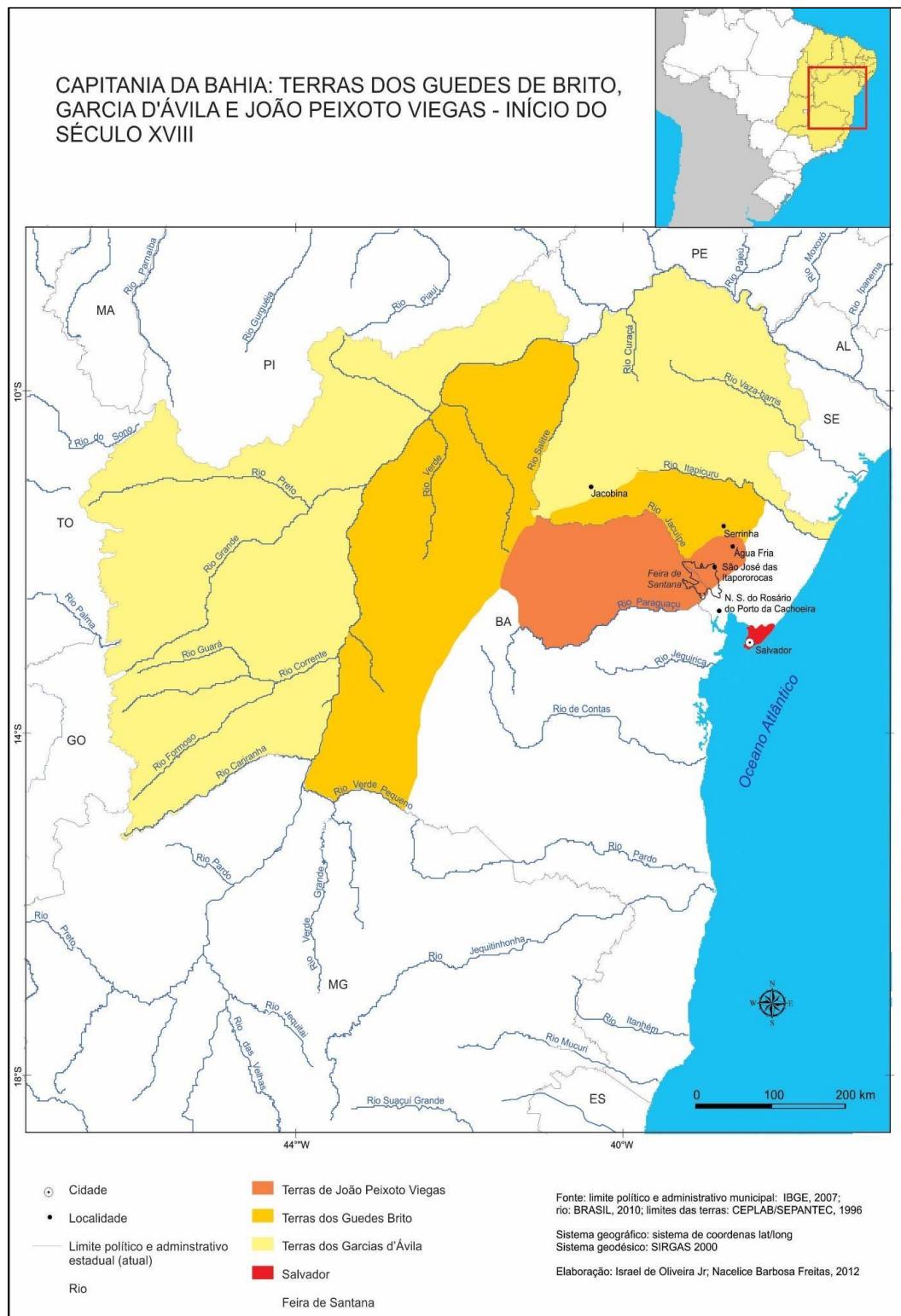
No Mapa que apresentamos a seguir (MAPA 2), podemos visualizar melhor a expansão pecuária no Sertão. Nele estão retratados os trajetos de boiadeiros, mineiros e tropeiros, do século XVIII a XIX, no sertão da Bahia.

MAPA 2 – O Sertão da Bahia no Século XVIII a XIX: Trajetos de Boiadeiros, Mineiros e Tropeiros



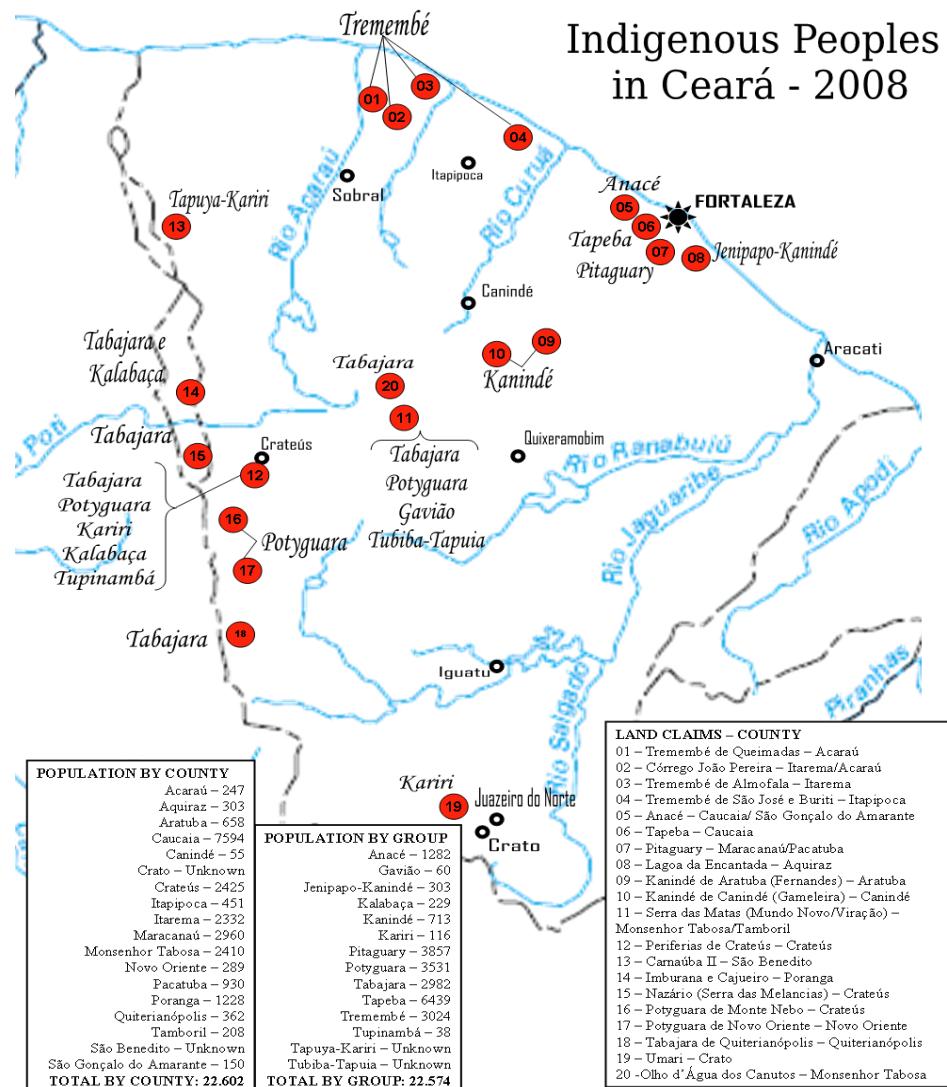
Fonte: Freitas, 2014

MAPA 3 – Localização das Terras dos Guedes de Brito, Garcia D' Ávila e João Peixoto Viegas na Capitania da Bahia: Início do Século XVIII



Fonte: Freitas, 2014

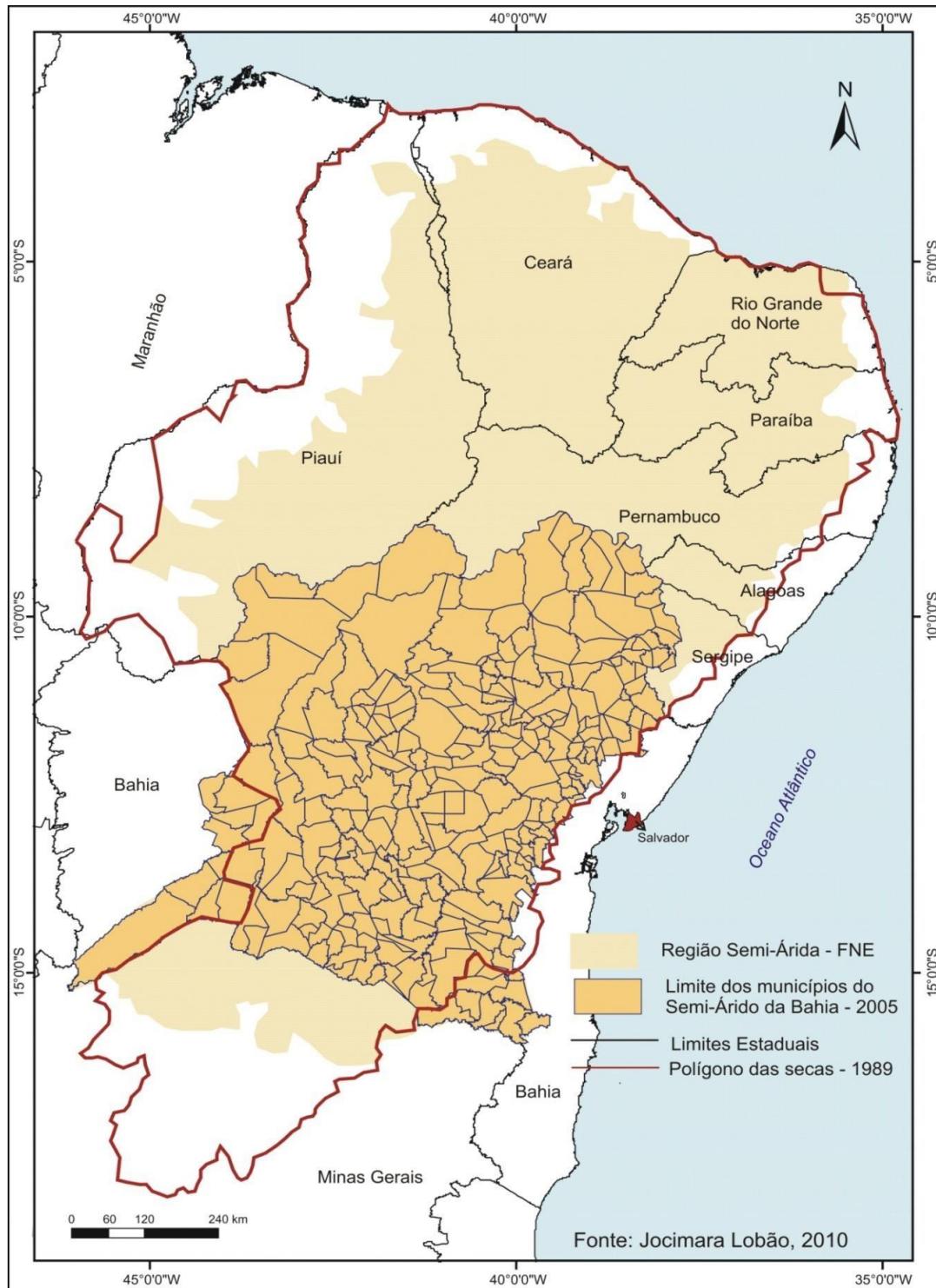
MAPA 4 – Povos Indígenas no Ceará



Fonte: Epalitot, 2009.

Neste mapa nosso recorte se limita à região de Juazeiro do Norte, Sul do Ceará de onde era nativo meu Avô seu Waldemar Vieira da Silva. Ali, a etnia predominante segundo o MAPA 4 é a Kariri, que a partir dos dados fornecidos pela FUNAI e FUNASA em 2008 somavam 116 membros, e habitam a Terra Umari – Crato. Já minha avó nasceu em Conceição do Coité, nordeste da Bahia. Em região de clima semiárido, de transição entre o Agreste e a Caatinga. Os povos do sertão nordestino usam cipó, fibra de sisal, para confeccionar suas vestimentas, cocar e artesanatos, o fato do município de Coité estar no Território do Sisal, indica que devo buscar entre essas etnias, os relatos de resistência como os mais próximos com Terra demarcada que são os Kiri, os Kaimbé e os Tuxá.

MAPA 5 - A Região Semiárida do Nordeste e o Polígono das Secas



Fonte: Freitas, 2014

A região de Conceição do Coité, também era conhecida por Sertão dos Tocós, como o Rio dos Tocós e como a Sesmaria dos Tocós, isso devido ao Povo dos Tocoios, que pouco ou nada achei de informações confiáveis sobre sua história, apenas que supostamente estão extintos. Ambos municípios, Juazeiro do Norte e Conceição do Coité, estão situados na Região Semiárida e no Polígono das Secas como exposto no MAPA 5.

Figura 2 - Mapa do Corpo-Território ancestral depois do Recorte Etno(geo)gráfico



Fonte: Autoria própria, 2018

3.3. POSSIBILIDADES PARA A ARTE-EDUCAÇÃO E AUTODECLARAÇÃO

São poucas as propostas dentro do ensino formal de reconectar os estudantes com suas raízes ancestrais. O mais recorrente nesse sentido, é a árvore genealógica, que tem uma capacidade de análise muito rasa, principalmente quando se trata de crianças negras e/ou indígenas.

Pessoas brancas têm a possibilidade, com um fundamento histórico, de chegar em mais parentescos, com os sobrenomes, e locais de origem de sua família.

Uma criança negra ou “parda” geralmente não chega ao nome de seus bisavôs/vós, muitas vezes com dificuldade de identificar o lugar de nascimento de seus avós, assim como seus sobrenomes, quando não temos a metade paterna inteira negligenciada por abandono parental.

São muitos os fatores que se cruzam, para dificultar a elaboração de uma

“simples” árvore genealógica, nos empurrando mais ainda ao limbo nessas situações. A autoestima desse jovem, que nunca ouviu na “Grande História do Antepassados Pardos”, se afunda em um buraco de incertezas.

Figura 3 - Base de Stencil do Mapa do Brasil



Fonte: Autoria própria, 2018

A arte e a geografia se mostram possibilidades reais de aprofundar essa árvore genealógica. A falta dos relatos de parentes, pela falta de contato com eles muitas vezes, devido à alta taxa de mortalidade entre a população negra e indígena, faz com que o que temos de mais factível seja a geografia da nossa família.

Acompanhar a trilha que fizeram até chegar onde nos encontramos, hoje, ir atrás de registros fotográficos, bordar um tecido com memórias das migrações dos nossos antepassados, é uma proposta de nos reaproximar com os elos perdidos.

Espero realmente que esse trabalho possa servir para inspirar outras pessoas nesse processo de se reconectar com suas raízes, pelo menos é o que vou tentar fazer até o final dos meus dias, porque sei o quanto minha autoestima e entendimento de mundo cresce com isso. Não nos é incentivado, nem pensamos que em algum momento podemos ser mais do que ninguém.

Essa pesquisa não se propõe nada fechado, mas aberto à um infinito de possibilidades, da forma que cada um(a) achar necessário para seu processo, espero que isso se multiplique em milhares de propostas diferentes, em diversos lugares, e milhões de memórias que serão renascidas.

CONSIDERAÇÕES (NADA) FINAIS

Iniciamos uma autoetnografia com muitas dúvidas, a concluímos com muitas mais. O processo de se descobrir, encontrar as raízes de sua família, depois de todo o processo friamente calculado pelo colonizador, para que falhássemos miseravelmente nesta procura, é uma tarefa árdua, e de poucas referências.

Durante este trabalho compreendemos que seria muito frustrante para mim, e para outras pessoas a que fosse proposto este exercício, prometer uma etnia específica “para chamar de sua”. A distância dos locais de origem de nossas famílias, é um dos fatores que nos impede de aprofundar mais a pesquisa.

A falta de outros exemplos que fizeram esta busca e tiveram um resultado objetivo, é raro e quase nulo. Não nos é oferecido enquanto possibilidade factível e positiva, mapear nosso corpo, e perceber em nossos traços um território, que tem e teve uma geografia, que não seja de procedência branca.

Os próprios Censos demográficos do IBGE contribuíram no apagamento durante muitos anos da origem de nossas famílias e do seu direito à se declarar etnicamente de forma livre e autônoma. Segundo a Lei somos Pessoas Relativamente Capazes, como se portássemos uma deficiência física ou mental que dificultasse nossa socialização, nos impelindo ao tutelamento do Estado. Que pouco mudou desde 1500, essas e outras questões que tratamos neste trabalho, os demonstram a política ininterrupta colonizadora até os dias de hoje. Seguimos colonizados. Seguimos em resistência na decolonização de nossas mentes e corpos.

No censo demográfico do IBGE de 2010, é dito que Juazeiro do Norte possui 355 indígenas e que Conceição do Coité tem 52 indígenas, pois serão essas 407 pessoas, que a partir de agora devo direcionar meu trabalho futuramente como uma retribuição por manterem vivas nossas culturas, a elas e eles que devo procurar para me encontrar.

A autoetnografia ofereceu a base para que pudesse fazer uma autorreflexão e análise sobre as experiências e ações dos sujeitos da pesquisa, no caso minha família, e ao mesmo tempo dos sujeitos pesquisadores, em relação/interação. Segundo Santos (2017), essas relações, conquanto expressas/vividas no plano

micro, são sempre travestidas e/ou perpassadas por macroprocessos – culturais, políticos, sociais, aí compreendidos os fatores étnicos e raciais, as questões de gênero e orientação sexual, entre outros.

Ainda segundo o mesmo autor, e, pelo que vimos, esse caminho metodológico coloca desafios, até porque a autoetnografia se recusa, e também se choca, com algumas concepções “tradicionalis e canônicas” da pesquisa científica. Esse choque tem na sua origem um complexo dilema acerca da tão almejada “neutralidade” no desenvolver da pesquisa e, principalmente, na análise dos resultados da investigação. O que bem sabemos a academia científica apesar de tentar se mostrar neutra, de fato acaba não sendo, priorizando certos temas, em detrimento de outros.

Se esse sujeito pesquisador reconhece os processos mais subjetivos que o levam para o tema e o valor da sua experiência como um dos principais fatores propulsores da investigação, por que a sua pesquisa deixaria de ter valor científico?

Pelo contrário, o reconhecimento dessas questões, em nosso entender, e em sintonia com os autores da autoetnografia, só ampliará a nossa lente de investigação, possibilitando observar fenômenos de maneira mais ampla e, ao mesmo tempo, mais detalhada, evidenciando-lhes novas formas e contornos. Isso porque, e para concluir, é importante reter o elo entre a dimensão do indivíduo e as questões macrossociais. É a partir das interações desses indivíduos, inclusive com os sujeitos pesquisadores, que poderemos estar mais próximos de captar o sentido das representações sociais e das estratégias individuais, permitindo um grau de análise mais acurado. A autoetnografia vem reforçar o vigor e a reflexividade de um conhecimento que advoga o relevo dos microprocessos (individuais) para o entendimento dos processos macrossociais, como a desigualdade, a discriminação, o racismo institucional (SANTOS, 2017, p. 239)

Portanto, concluímos que a autoetnografia potencializa o uso do Raciocínio Geográfico, e usar o mapeamento de nosso corpo enquanto portador de memórias ancestrais, amplia nosso campo de análise, não só da nossa realidade, mas do todo, e sua inter-relação, porque o racismo, o machismo a opressão da burguesia nos afeta hoje porque antes afetou nossas antepassadas e seu espaço vital, quando ainda sequer se nomeavam dessa forma enquanto opressões visto que negros, mulheres e pobres não eram considerados seres humanos.

Se quisermos ajudar na emancipação dos povos, devemos primeiro entender nosso papel nesse ciclo, o que nós, uma geração que pode se autodeclarar de forma positiva, tem como dever diante de uma história de apagamento de nossas narrativas? Qual é a relação do espaço que ocupamos com isso ? A partir dessas perguntas espero continuar me movimentando na Geografia, e na busca do que tudo isso afeta nossos corpos e mentes. Descolonize

Ao passo que minhas raízes se refazem
me sinto mais firme
e tenho mais orgulho de quem sou e de quem me regou.
Ao passo que minha raiz refaço,
a caminhada vira aula e o hoje presente dado.
Ao passo que minha raiz refaço
não tenho medo
tenho ânsia de vingança
e refazer os passos antepassados
é consequência.
Aos passos que minhas raízes se refazem
e as percepções se cruzam
nessa encruzilhada
não me perco
encontro a mim
no encontro dos meus
São essas oferendas de conhecimento
que são deixadas no caminho
para que não morra de fome do saber.
Ao passo que minhas raízes se aprofundam
o que era certeza se refaz no olhar.
A luta quando se faz no escutar
afasta insegurança
reconstrói o que é liderança
e experiência serve
pra se espelhar
Ao passo que minhas raízes se refazem
minha cor não é mais vergonha, é proteção
O olho inchado de índia, é herança antiga

pra não esquecer de quem a gente se parece.

Nathalia Vieira da Silva, Serra dos Carajás / PA, 2017.

(Durante o Trabalho de Campo de Regional Norte – Amazônia)

REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. Conversas com quem gosta de ensinar. Cortez Editora; Editora Autores Associados, 1980.

BALÉE, William. *Sobre a Indigeneidade das paisagens*. Revista de Arqueologia, 21, n.2: 09-23. Dublin, 2008

BANIWA, Gersem. Antropologia indígena: o caminho da descolonização e da autonomia indígena. Universidade de Brasília. Trabalho apresentado na 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia. Porto Seguro, 2008

CABNAL, Lorena (2010) Acercamiento a la construcción de la propuesta de pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala en Feminismos diversos: el feminismo comunitario, Acsur Las Segovias, Madrid, pp. 11-25.

CAMINHA, Pero Vaz de. *A Carta*. Introdução atualizada e Notas Silvio Castro. Porto Alegre: L & PM Editores, 1985. p. 75-78; 81-83; 96-98.

COLECTIVO: Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo. “Mapeando el cuerpo-territorio. Guía metodológica para mujeres que defienden sus territorios.” Quito, 2017. In: [https://miradascriticasdelterriotoriodesdefeminismo.files.wordpress.com/2017/11/mapeando-el-cuerpo-territorio.pdf](https://miradascriticasdelterritoriodesdefeminismo.files.wordpress.com/2017/11/mapeando-el-cuerpo-territorio.pdf)

FERNANDES, Estevão Rafael. Decolonizando sexualidades: Enquadramentos coloniais e homossexualidade indígena no Brasil e nos Estados Unidos. UNB, 2015.

FREITAS, Naceline Barbosa. O Descoramento da princesa do sertão; de “chão” a território, o “vazio” no processo da valorização do espaço. Tese (doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014

GALEANO, Eduardo. Veias abertas da América Latina. Tradução de Sergio Faraco - Coleção L&PM Pocket v. 900. Porto Alegre, RS – 2011

HERNÁNDEZ, Delmy Tania Cruz. Una mirada muy otra a los territorios-cuerpos femeninos. Solar, 12, n. 1: pp.46. Lima, 2016.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro, 2000. Apêndice: Estatísticas de 500 anos de povoamento. p.222.

PENA, S.D.J. et al . DNA tests probe the genomic ancestry of Brazilians. Ribeirão Preto, v.42, n.10, p.870-876, 2009. Encontrado em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100879X200900100001&lng=en&nrm=iso. Acessado em 13/06/2019

PETRUCCELLI, José Luis; SABOIA, Ana Lucia. (Org.) Características étnico-raciais da população: classificações e identidades. Rio de Janeiro. IBGE, 2013.

REVISTA, ADUSP (Associação de Docentes da USP). Artigo “Povos indígenas foram vítimas de genocídio durante a Ditadura Militar”. São Paulo, N° 62, pp 29-37 2018.

RIBEIRO, Krukemberghe Divino Kirk da Fonseca. "A cor da pele na espécie humana"; *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/biologia/a-cor-pele-na-especie-humana.htm>. Acesso em 19 de junho de 2019.

RICHTER, Denis. Raciocínio geográfico e mapas mentais: a leitura espacial do

cotidiano por alunos do Ensino Médio. Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia Presidente Prudente: 2010.

SANTOS, Milton. Espaço e Método, 1985. 5^a Ed. Edusp. São Paulo, 2014.

SANTOS, Milton. O Povoamento da Bahia, suas causas econômicas. Imprensa Oficial da Bahia, 1948.

SANTOS, Silvio Matheus Alves. O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios. PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.24.1, p.214-241, 2017.

SILVA, Zuleide Paiva da. Conceição do Coité em “quadrado”: retratos da violência contra as mulheres (1980-1998). Salvador, 2010.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. São Paulo, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz e STARLING, Heloisa Murgel. Brasil: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 81.

ZÁRATE, María Rodó de. *Interseccionalidad y malestares por opresión a través de los Mapas de Relieves de la Experiencia*. Em: Silva Nascimento Silva, MG & Silva, J. Interseccionalidades, Gênero e Sexualidades na Análise Espacial. Editora. Ponta Grossa. Todapalavra, 2014.

Sites:

http://artigos.netsaber.com.br/resumo_artigo_36298/artigo_sobre_a-construcao-da-identidade-etnica-e-as-representacoes-sociais

<https://pib.socioambiental.org/pt/L%C3%ADnguas>

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18282-populacao-chega-a-205-5-milhoes-com-menos-brancos-e-mais-pardos-e-pretos. Acessado em 13/06/2019.>

ANEXO A – QUESTIONÁRIO

- Quem é você ?
- Você é identificada/o pela maior parte da sociedade como...?(Racialmente)
- Você se autodeclara...?
- Você já se identificou de outra forma ? Qual ?
- Onde você nasceu ? Onde você mora?
- Onde seus pais nasceram ? Onde eles moram ?
- Onde seus avós nasceram ? Onde eles moram ?
- Onde seus bisavós nasceram ? Onde eles moram ?
- Onde seus tataravós nasceram ?
- Em quantos lugares já morou ? Quantos chamou de lar ?
- Com quantas pessoas já morou ?
- O que considera por família ?
- Quantas das pessoas que você mora/ou considera família* ?
- Você já visitou o lugar de onde veio sua família ? Como foi ?
- Você tem vontade de conhecer/voltar ?
- Teve acesso as histórias de sua linha ancestral sanguínea ?
O que sabe sobre ?
- Você aprendeu algo sobre a história dos povos originários da América do Sul e/ou da África na escola?
- Teve alguma disciplina obrigatória na Faculdade ? Ou Optativa ?
- Você já leu autores indígenas ? Quantos ?
- Você já sentiu seu conhecimento deslegitimado nos espaços acadêmicos (desde a escola) ?
- Você já foi discriminado pela sua etnia/raça ?
- Você já foi discriminado pelo seu Gênero ?
- Você já foi discriminado pela sua sexualidade ?

- Tem medo de sair na rua ? Ou de ficar em casa ?
- Que lugares você considera seguro/a ? Em quais acolhido/a ?
- Quais são suas perspectivas de presente/futuro ?